

**RESENHA:** BRUM, MARIO. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. 336 p.

**Wellington da Silva Conceição<sup>1</sup>**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A favela é um tema pulsante no debate público da sociedade brasileira, especialmente no Rio de Janeiro. Sua presença marcante não é recente: desde os anos 30 do século passado começou a ser definida como o principal problema público dessa cidade, até aí capital do país. Desde então, várias alternativas foram pensadas para exterminar aquele espaço que representava, na cabeça dos governantes e das elites, o que de mais degradante existia nessa metrópole, tanto no que se refere aos seus habitantes quanto às suas formas de organizar o espaço. Diante de uma cidade que procurava se modernizar nos moldes das grandes capitais europeias, destruir as favelas – ou pelo menos, retirá-las das regiões mais nobres para que perdessem a visibilidade – passou a ser uma das principais preocupações do Estado brasileiro. Esse mesmo Estado tinha ainda interesse em inserir essa população como mão de obra barata – mas disciplinada – em seu projeto desenvolvimentista. Sendo assim, as políticas habitacionais destinadas a essa parcela da sociedade visavam, ao mesmo tempo, oferecer novas habitações aos despejados – distanciando-os fisicamente das classes mais abastadas – e inseri-los em um novo estilo de vida, mais adequado ao ideal de normatividade urbana e ao projeto político em vigor. A ida para novas habitações demandava mais do que uma mudança física: exigia uma transformação de atitudes e valores.

O presente livro – uma versão da tese de doutorado em História do autor pela Universidade Federal Fluminense – se insere nesses debates dos estudos sociais urbanos sobre as periferias e favelas cariocas como uma fala recente (porém profícua)

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Educação, Cultura e Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas - FEBF/UERJ. E-mail: [welsc29@yahoo.fr](mailto:welsc29@yahoo.fr)

com duas importantes contribuições. A primeira delas é a análise, a partir de um estudo de caso (do conjunto habitacional Cidade Alta e demais localidades que lhe são contíguas, em Cordovil), de uma das principais políticas de habitação destinadas à população removida das favelas da região central e da Zona Sul da cidade: os conjuntos habitacionais construídos e administrados pela Cohab-GB e pela Chisam<sup>2</sup> nas décadas de 60 e 70 do século passado. O autor, em sua pesquisa, além de investigar os caminhos e práticas dessa política habitacional, acompanhou (por meio de depoimentos e documentos) a transformação de um desses conjuntos nos seus quase 50 anos de existência. Ele aponta como esse espaço (e também seus habitantes) acabou absorvendo o estigma destinado às demais favelas da cidade, a ponto de ser caracterizado como uma delas por diferentes atores sociais da cidade, como a imprensa, o Estado e até seus próprios moradores.

A segunda – e acredito que sua principal colaboração – relaciona-se a essa discussão sobre a transformação do espaço, pois por meio dela é possível pensar o que faz de um local uma favela e quais são os processos que desencadeiam o estigma do favelado. No livro, fica claro que, mais do que estruturas físicas, as favelas estão relacionadas a processos de construção social de hierarquização e classificação dos sujeitos na dinâmica urbana, e a maior prova disso é a transformação de um projeto de habitação naquilo que se propôs a eliminar.

Gostaria de apresentar minimamente os capítulos dessa obra. No primeiro deles, o autor apresenta uma discussão conceitual sobre o que é a favela, levando em consideração as representações produzidas sobre a mesma no decorrer de sua centenária existência. Desde o final do século XIX, quando passou a figurar como uma forma de habitação específica na capital carioca, as favelas e seus moradores sofreram com o *estigma* que lhes foi imputado, categoria que o autor utiliza tendo Erving Goffman como referência. Esse estigma se atualizou com o decorrer do tempo, ganhando novas formas, que por vezes se acumulam com as antigas em vez de

---

<sup>2</sup> Cohab-GB: Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara; Chisam: Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio.

substituí-las: a favela já foi (e é) representada como um problema pela questão da higiene (um perigo à saúde pública), pela estética (um “pecado” diante das belezas naturais do Rio), por atrapalhar os projetos de renovação urbana (a forma “errada” de habitar a cidade) e, o mais em voga nos dias atuais, pela violência. Sobre os “favelados” – os maiores prejudicados pelas práticas violentas presentes em seus espaços de moradia – pesam as acusações de pertença ou convivência com os traficantes de drogas. As caracterizações uniformizadas desses espaços (as favelas) e de seus moradores não levam em conta a heterogeneidade existente entre as pessoas e os lugares, mas procuram sempre encaixá-los em generalizações (pobres, incivilizados, violentos, perigosos) ~~e fazem parte dos efeitos do estigma~~. O conjunto habitacional sobre o qual o autor realizou sua pesquisa também sofre com a estigmatização endereçada às favelas da cidade. Tal fato indica que a formação de uma favela está para além de critérios objetivos, como a constituição física ou geográfica do espaço e classe social dos seus moradores (considerando a heterogeneidade desses elementos); surge da complexidade da interação com outros atores da cidade, que atribuem a esse espaço urbano a acusação de destoar ou degradar os demais ambientes da *urbis*.

No segundo capítulo, Brum discute como o estigma que recaía sobre as favelas e seus moradores pautou as agendas públicas a ponto de se tornar o alicerce ideológico de uma política de Estado nas décadas de 1960 e 1970, conforme pôde constatar ao analisar os planos e as ações empreendidas pela Chisam. Apresenta com detalhes a construção de uma política de habitação que tinha como princípio a remoção dos moradores das favelas (especialmente daquelas localizadas nas áreas mais nobres da cidade) e a sua realocação nos conjuntos habitacionais. Nesse momento histórico, a urbanização já era uma possibilidade de ação junto às favelas – a Codesco<sup>3</sup>, por exemplo, era uma iniciativa com esse perfil. Mas o remocionismo ganhava força; primeiro, por figurar no discurso de técnicos e governantes como a

---

<sup>3</sup> Companhia de Desenvolvimento de Comunidades do Governo do Estado da Guanabara, atuou na urbanização de favelas na segunda metade década de 1960, a de Brás de Pina foi o caso mais conhecido.

única forma de acabar com as favelas e a condição de favelado. A urbanização, segundo esse mesmo discurso, não eliminava o ambiente degradado da favela; e assim, não recuperava nem integrava o seu morador à cidade. Também ganhava força pelo cenário político que se deu a partir de 1964 com o golpe militar – a supressão do direito de voto enfraqueceu politicamente as favelas (com a perda do seu potencial eleitoral) e o autoritarismo presente nessa forma de governo era ideal para convencer e obrigar os moradores a aceitar as mudanças. O período das remoções representou, conforme afirma o autor, um momento drástico de relações entre o Estado e as favelas.

Os conjuntos habitacionais, construídos inicialmente para receber esses removidos, inspiravam-se em modelos de política habitacional popular aplicados em países da Europa. Tais conjuntos eram uma alternativa barata por conta de sua produção em alta escala. Além disso, na lógica de organização urbana das cidades modernas, aproximaria a potencial massa operária – presente entre as populações pobres e migrantes – das fábricas e indústrias, que já se situavam estrategicamente nos subúrbios. Aplicava-se ao caso brasileiro, porém, com algumas peculiaridades: os conjuntos habitacionais não eram destinados a toda a população pobre, mas especificamente aos moradores de favela, deslocados por conta das remoções autoritárias. A transferência para os subúrbios não só aproximava tal população dos postos de trabalho como também aplicava o distanciamento das classes sociais e liberava terrenos das áreas mais nobres para a especulação imobiliária<sup>4</sup>.

Nos dois últimos capítulos, o autor constrói seus argumentos principalmente a partir de ricos depoimentos dos moradores. No terceiro, trata da condição da Cidade

---

<sup>4</sup> Nesse capítulo ainda o autor apresenta com notória descrição os processos e as instituições envolvidas no remocionismo: começa com a Cohab-GB, mas ganha força e centralidade com a Chisam, o órgão federal que assumiu a responsabilidade de erradicar as favelas e transferir as famílias para os subúrbios. No final da década de 1970, tanto as remoções quanto o projeto dos conjuntos habitacionais perderam força e aos poucos acabaram. Entre os motivos para tal fim estariam a multiplicação das favelas da cidade, os “calotes” dados pelos moradores no BNH (Banco Nacional de Habitação – instituição que financiava a aquisição dos apartamentos) e a progressiva abertura dos direitos políticos.

Alta<sup>5</sup> como “não favela”, partindo dos discursos das autoridades remocionistas e das memórias dos seus moradores. Por parte do Estado, o projeto para o conjunto habitacional era que este, como nova forma de habitar, pudesse promover o favelado à condição de cidadão e de trabalhador. É certo que o conjunto foi inaugurado sem equipamentos públicos e comércios, com dificuldade de acesso a transporte, entre outros problemas. Mas, apesar disso, para muitos dos depoentes de Brum – os que foram “removidos” – o espaço se descortinava (mesmo com os traumas da remoção compulsória impulsionada por um grande incêndio) como uma não favela quando comparada às experiências de precariedade dos locais de onde foram removidos. A beleza, a estrutura e a ordenação do espaço – que motivavam alguns moradores a perceber esse local como um “paraíso” – fundamentavam essa discursividade.

Apesar de a Cidade Alta ser caracterizada como favela por diversos atores sociais da cidade, o autor percebe um esforço dos seus depoentes em se esquivar do estigma imposto aos moradores de favelas, com diferentes estratégias. Entre os removidos e seus herdeiros, uma delas é não se caracterizar como “favelado”, mesmo que imputem essa identidade a outros vizinhos. Os “não removidos” (que se mudaram posteriormente, chamados por Brum de *inseridos*) apontavam sua origem distinta e assim se esquivavam do estigma. Os mais jovens sofrem de uma *amnésia social* (desconhecem a história da localidade), o que auxilia nessa desvinculação. O favelado, termo utilizado sempre como categoria de acusação, seria o responsável pela favelização do bairro, por manter viva a identidade que deveria ter abandonado quando saiu da favela – e no caso da Cidade Alta, o favelado é sempre o outro. A origem dos moradores removidos exerce, na sociabilidade local, a função de um “pecado original”, pois não deveriam ter voltado a reproduzir ali as práticas que mantinham nas favelas.

---

<sup>5</sup> Nesse caso, utilizo o termo para me referir não ao conjunto habitacional, mas ao Complexo Cidade Alta. Segundo o autor apresenta, formam o Complexo Cidade Alta três conjuntos habitacionais – Cidade Alta, Vista Mar e Porto Velho – e quatro favelas – Cambuci, Avilã, Serra Pelada e Pica Pau. Esta última, apesar de constar como parte do complexo nos registros da prefeitura, não se sente parte do mesmo. Um corte traçado pela Estrada do Porto Velho sacramentaria essa distinção.

O autor ressalta que o estigma contra esses lugares e seus moradores, tão forte a ponto de fazer que outros setores da sociedade (como a imprensa) justificassem a remoção de milhares de pessoas, não seria facilmente apagado com a mudança para os apartamentos, como esperavam as autoridades. Uma vez instalados, o estigma acompanhou esses moradores.

Brum ainda traz nesse capítulo uma descrição pormenorizada dos equipamentos, serviços e organizações presentes na localidade e mostra como sua presença ou ausência ajudavam a construir a dialética sobre o lugar ser ou não ser uma favela. A presença de alguns deles, como o supermercado, permitia aos moradores definir o local como não favela, e a precarização de alguns deles, como a deterioração dos prédios e equipamentos públicos, era utilizada como argumento para identificar o abandono do Estado e a consequente favelização do local.

No quarto e último capítulo – talvez o que mereça mais destaque por desenvolver as questões mais relevantes para o texto –, Brum disserta sobre a construção histórica e social do estigma da favela e como ele é aplicado aos moradores da Cidade Alta, tanto pelos atores sociais internos como pelos externos. Começando pelos últimos, vemos que o Estado demonstra entender o espaço como uma favela quando destina (tanto o governo do estado quanto o do município) também à Cidade Alta projetos voltados para essas localidades. Em algumas ocasiões classifica-o como conjunto habitacional, quando, por exemplo, o governo do estado deixa a Cehab-RJ<sup>6</sup> responsável pelas reformas do local.

Porém a forma de ação do estado para perseguir os criminosos locais, por meio de incursões policiais que reproduzem o modelo de “guerra”, acaba por deixar claro que a percepção do local como favela parece predominante. A imprensa é outro ator social externo que sempre que precisa falar da Cidade Alta utiliza a mesma classificação. Nos usos internos do estigma, o autor ressalta que, apesar de existirem experiências na cidade que utilizam o termo favela como forma de afirmação no

---

<sup>6</sup> Companhia Estadual de Habitação. Entre as suas atribuições, responde pela conservação e reforma dos conjuntos habitacionais existentes no Estado do Rio de Janeiro.

espaço urbano, na Cidade Alta parece que este será sempre uma categoria de acusação da qual os moradores vão tentar se esquivar.

Mas quais seriam os principais elementos que justificariam a caracterização do lugar como favela? Brum identifica três a partir das falas de seus depoentes: as favelas, as puxadas, a presença do tráfico de drogas e seus criminosos.

O primeiro dos elementos, as favelas que surgiram ao seu redor (formadas inicialmente por ex-removidos que passaram seus apartamentos), foi observado por muitos depoentes de Brum como o que desencadeou o processo de favelização do bairro. Ao construírem habitações irregulares e precarizadas, reproduziram a favela naquela paisagem. Ao fazerem os “gatos” de energia, acabaram difundindo essas práticas entre seus colegas de semelhante condição social e econômica que permaneceram nos apartamentos. Interessante que nesses quase 40 anos de existência do bairro as favelas foram assistidas por programas dos governos, enquanto os edifícios receberam poucas iniciativas de conservação e considerável aumento populacional, o que foi deteriorando os prédios e ao mesmo tempo deixando-os incapazes de atender suas demandas. Essas transformações e a exposição indiferenciada aos mesmos problemas (como a violência) ajudaram a diluir, segundo a análise do autor, as distinções de *status* entre os que moram no conjunto Cidade Alta e os que moram nas favelas anexas.

A ampliação dos apartamentos pelas puxadas é, afirma o autor, o primeiro elemento apontado para justificar a favelização do local. Trata-se de construções anexas aos apartamentos que ocupam espaços que foram anteriormente um espaço público do prédio ou até a calçada da rua. Os que a constroem podem fazer dali um novo cômodo, um espaço de comércio e até um espaço público (escola, igreja). Eles descaracterizaram a forma inicial dos prédios e o traçado do conjunto, aproximando o lugar das favelas por não responder mais a um tipo de normatividade urbana. É uma prática rejeitada por muitos moradores, mas pode ser justificada por aquele que a tem, até mesmo como uma proteção contra a violência existente no local. Diante de uma prática de apontar sempre o outro como favelado, é possível achar motivos que



justifiquem a puxada e mantenham seu dono dentro da lógica da civilidade. Essas formas de construção ainda são percebidas como resultados do abandono do Estado, que não esteve lá para impedir tais práticas de alteração do espaço público.

O terceiro elemento que ajuda a caracterizar o local como favela – e o que tem mais destaque nesse discurso – é a violência, resultante em boa parte da presença de traficantes de drogas ilícitas no bairro. A existência de criminosos armados em espaço público e a forma como usam o poder bélico para controlar o cotidiano causam forte efeito na sociabilidade local. Apesar de o local ter criminosos com esse tipo de empoderamento desde a primeira década de existência (que em outros momentos já foram até benquistos por ajudarem a manter uma “ordem” no local), os depoentes de Brum apontam que houve “piora” considerável nesse aspecto. Aliás, junto com as transformações citadas nos outros dois elementos, a violência faz com que os moradores recorram, em suas memórias, a uma espécie de “passado glorioso” da localidade, em que ela poderia ainda ser definida como não favela.

Ainda sobre esse capítulo, destaco que o autor apresenta várias formas encontradas pelos moradores para escapar do estigma, mesmo reconhecendo o local como favela. A principal delas é tentar livrar seu local de moradia de tal caracterização afirmando a alteridade e estabelecendo fronteiras – “meu condomínio é mais organizado”, “aqui é Vista Mar e não Cidade Alta”, “minha puxada é coisa de bacana”, “meu prédio é organizadinho”. Brum aponta que um morador pode considerar seu vizinho um favelado, desde que essa acusação sirva para rebaixar outros e ao mesmo tempo se promover por meio da desfiliação do estigma. Na tentativa de escapar dessa perversa caracterização, os moradores acabam reforçando o estigma ao utilizar uns contra os outros.

No mais, vale ressaltar que, por mais que o conteúdo do livro seja caracterizado como uma pesquisa histórica do tempo presente (função que cumpre de forma exemplar), o autor faz um intenso diálogo com outras ciências que se debruçam sobre os problemas urbanos (Sociologia, Antropologia, Urbanismo), o que faz dele um trabalho com forte caráter multidisciplinar. Em tempos como os nossos, em que as



remoções voltaram com força e que o Estado oferece novos equipamentos de moradia para a população retirada das favelas (em minha pesquisa de doutorado chamo-os de “condomínios populares”), o estudo de Brum se apresenta como um inspirador material analítico. A partir dessa pesquisa, é possível entender que o Estado insiste em defender a tese de que o meio pode transformar o sujeito – na década de 1960, queria que os favelados se tornassem moradores de conjunto habitacional; em 2010 quer que se tornem condôminos – quando, na verdade, as experiências passadas mostram que foram os sujeitos que transformaram o meio, não só por sua ação, mas por carregarem consigo o estigma que não permite à cidade olhar esses sujeitos de outra forma.